

A Representação Histórico Cultural da Língua de Sinais: Opressão e Repressão Linguística *Versus* Pedagogia Visual

The Historical Cultural Representation of Sign Language: Oppression and Linguistic Repression *Versus* Visual Pedagogy

Gérison Kézio Fernandes Lopes

Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual do Ceará
Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú
E-mail: gerison.kezio@ufma.br

Marisa Pascarelli Agrello

Doutora em Ciências da Educação Universidade de Trás-os-Montes e Alto D'ouro
Mestrado em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos
Professora da Universidade Estadual do Ceará
E-mail: marisagrello@gmail.com

Endereço: Gérison Kézio Fernandes Lopes
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Campus
Bacabal, Av. João Alberto, 700, Curso de Letras, CEP:
65700-000, Bacabal/MA, Brasil.

Endereço: Marisa Pascarelli Agrello
Instituto Superior de Teologia Aplicada.
Rua Antônio Rodrigues Magalhães, nº359 Dom
Exedito Lopes62050-100 - Sobral, CE – Brasil.

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

**Artigo recebido em 06/01/2017. Última versão
recebida em 24/01/2017. Aprovado em 25/01/2017.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

Este artigo objetiva refletir acerca da opressão e repressão da língua de sinais e o sufocamento da cultura e das identidades surdas bem como a importância da pedagogia visual na educação de surdos. Evidenciamos, neste trabalho, os estudos imagéticos como fundamentais na educação de surdos, dado que sua língua, reconhecida pela Lei nº 10436/02, ressalta suas características viso-espaciais e, portanto, encontra-se na imagem uma forte aliada aos surdos. O texto que segue está organizado em três partes específicas, a saber: 1) História e Cultura Surda; 2) Opressão e Repressão linguística *versus* Pedagogia Visual e 3) Percepções sobre LIBRAS, Identidade, Cultura Surda e Pedagogia Visual. Baseando-se nos autores (CAMPELLO, 2007, 2008), STROBEL (2008) e PERLIN (1998, 2000), evidenciamos que os professores baseiam-se, ainda, nos estudos verbais para a formação de habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos surdos. Torna-se urgente que a escola se abra para a Pedagogia Visual, pois Surdos possuem sua experiência visual e essa caracteriza a sua Cultura, sua Língua.

Palavras-Chave: Libras. Surdez. Metodologia. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the oppression and repression of sign language and the suffocation of culture and deaf identities as well as the importance of visual pedagogy in the education of the deaf. In this work, we have shown that imagery studies are fundamental in the education of the deaf, since their language, recognized by Law 10436/02, emphasizes their visuospatial characteristics and, therefore, a strong alliance with the deaf is found in the image. The text that follows is organized in three specific parts, namely: 1) History and Culture Deaf; 2) Oppression and Linguistic Repression versus Visual Pedagogy; And 3) Perceptions on LIBRAS, Identity, Deaf Culture and Visual Pedagogy. Based on the authors (Campello, 2007, 2008), STROBEL (2008) and PERLIN (1998, 2000) show that teachers are also based on verbal studies for the development of skills and competences to be developed by the deaf. It becomes urgent for the school to open up to Visual Pedagogy, since the Deaf have their visual experience and this characterizes their Culture, their Language.

Key words: Libras. Deafness. Methodologies. Teaching. learning.

1 INTRODUÇÃO

As imagens vêm sendo veículo de expressão e comunicação humana desde o começo de sua história. Como forma de comunicação, adquiriu dimensões que permeiam e norteiam a atividade humana em sociedade com mensagens visuais. O processo de comunicação visual destaca a presença de novos discursos, não somente verbal ou escrito, mas imagéticos que medeiam o conhecimento. A cultura da imagem está implícita ou explicitamente na pedagogia imagética, que interage com a educação.

A escola, como instituição educacional, prepara educandos para integrarem a sociedade, porém sofre com os discursos político-educacionais tradicionais e demais dificuldades enfrentadas por professores, quanto às experiências e identidades de seus alunos em sala de aula, na escolha de estratégias educacionais na mediação do conteúdo abordado.

Os estudos imagéticos precisam ser considerados quanto à educação de surdos, dado que sua língua, reconhecida pela Lei nº 10436/02, inscreve suas características viso-espaciais nos estudos visuais e, portanto, encontra-se na imagem uma forte aliada aos surdos. Os professores baseiam-se, ainda, no mundo verbal para a formação de habilidades e competências a serem desenvolvidas por seus alunos, já estes vivenciam um cotidiano visual e não verbal. Torna-se urgente que a escola se abra para a Pedagogia Visual ou Pedagogia Surda na Educação de Surdos como forma de ensinar para vida.

A utilização da Pedagogia Visual na educação de surdos vai de encontro com a valorização cultural dessa comunidade, pois a escola é um espaço de transmissão de conhecimento entre gerações, sejam estas cultural, histórico, social, científico e tecnológico. Vale ressaltar que a Pedagogia Surda confronta a percepção da surdez como “deficiência¹” que percebe o surdo como incapaz e medicável, essa visão não condiz com as identidades e culturas dos povos surdos e propaga a Pedagogia Corretiva ou Medicalização da Surdez² que defendem o fracasso cognitivo através do uso dos sinais e da linguística visual.

¹ Na visão clínico-terapêutica, a surdez é vista como deficiência em relação à comunidade ouvinte, colocando os surdos em desvantagem, se compararmos à maioria da população. O conhecimento na área médica classifica o surdo em graus de perda auditiva. (SKLIAR, 1988)

² Pedagogia Corretiva ou Medicalização da Surdez foi o período em que as escolas se transformaram em âmbitos médicos, a educação antes coletiva transformou-se em educação individual, ou seja, as escolas se transformaram em clínicas de reabilitação, em busca da normalização do sujeito surdo. A partir desta visão, a surdez afetaria de um modo direto a competência linguística das crianças surdas, estabelecendo assim um equívoco da identidade entre a linguagem e a língua oral. Desta ideia, se deriva, além disso, a noção de que o desenvolvimento cognitivo está condicionado ao maior ou menor conhecimento que tenham as crianças surdas da língua oral. Skliar, (1997, p. 110-111).

Para que esse professor/mediador tenha conhecimento sobre as possibilidades e potencialidades da pedagogia visual na educação de surdos, este precisa ter conhecimentos sobre os aspectos culturais da comunidade surda, para tanto é necessário que as instituições de ensino superior estejam capacitadas para atender e proporcionar a esse mediador conhecimentos metodológicos para a educação de surdos, proporcionando a eles a imersão no mundo gesto-visual dos surdos. Na educação de surdos, a imagem visual apresenta-se como uma ferramenta pedagógica no processo de comunicação escrita, visual e de interação dos surdos.

Ao longo de sua história, o sujeito surdo³ viveu à margem da cultura do outro, sendo oprimido pelo pensamento ouvintista⁴, através dos Movimentos Surdos⁵ suas organizações políticas avançaram, proporcionando a busca pela superação da marginalização, construindo espaços de convivência, diálogo e luta. Através desses espaços, os surdos projetaram mobilizações em busca do rompimento do estereótipo que ameaça seus direitos, sua cidadania.

A luta pelo direito de ser surdo evidenciou sua língua, que por diversas vezes fora oprimida pela língua majoritária, que é a identidade do Povo Surdo⁶. Povos que mesmo vivendo em localidades diferentes e distantes compartilham de costumes, tradições, peculiaridades e história que constroem a partir da percepção visual.

³ A comunidade surda usa o termo 'surdo', pois entende que essa denominação engloba uma diferença cultural.

⁴ Ouvintismo representa a posição de superioridade do ouvinte em relação ao surdo. Do ponto de vista acadêmico, o ouvintismo significa o estudo do surdo sob o viés da deficiência, da necessidade de normalização ou clinalização. Para PERLIN (1998, p. 58), o ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade. Uma segunda ideia é a de que não se pode entender o ouvintismo sem que este seja entendido como uma configuração do poder ouvinte. Em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber. Academicamente esta palavra – ouvintismo – designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização. Para WRIGLEY (1996, p. 72), ouvintismo baseia-se na ideia de “colonialismo”, uma relação de poder desigual entre dois ou mais grupos na qual “um não só controla e domina o outro, como ainda tenta impor sua ordem cultural ao(s) grupo(s) dominado(s)”.

⁵ O Movimento Surdo, no mundo, proporcionou uma organização política que avança no sentido de superar a marginalização, trazendo esse sujeito para os espaços que o enxerguem como um cidadão. É uma organização que atua a partir de estratégias que buscam romper estereótipos que ameaçam a sua acessibilidade a uma gama de direitos adquiridos, principalmente, a uma educação de qualidade. Nas camisetas que seus integrantes usam, está estampado o seu desejo de reconhecimento: “Pelo direito de ser surdo”, pela não obrigação de ser submetido a estratégias que o queiram ouvinte, como se não fosse normal.

⁶ Quando pronunciamos 'povo surdo', estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços”. (STROBEL, 2008, p.29).

Ser surdo⁷ é ser evidenciado no mundo, professar suas ideias, pensamento, língua, concepções e visões. É, ainda, abdicar da incapacidade, da deficiência, da normatização⁸ e viver a identidade surda. Voltar-se para sua história como elemento integrante de um grupo organizado que compartilha crenças, linguagens, uso e costumes é objeto de estudo da visão sócio-antropológica da surdez. A antropologia nos permite compreender o homem nas diversas culturas, produzindo cultura e sendo produzido por ela.

A identidade surda é construída e fundamentada na diferença linguística. Por não adquirir naturalmente a língua oral-auditiva usada pela comunidade majoritária, por vivenciar um déficit auditivo, o surdo utiliza-se de estratégias cognitivas, comportamentais e culturais através de sua experiência e percepção visual.

Formando uma comunidade linguística minoritária que compartilha experiências visuais, os surdos utilizam-se da língua de sinais para compartilhar, conhecer e ensinar os membros e não membros de comunidade surda. Entretanto, a comunidade surda⁹ está inserida em uma comunidade majoritária que se comunica através de uma língua oral-auditiva, esta que deve ser utilizada, pelos surdos, como segunda língua, como também um fator de interação com os ouvintes.

A concepção sócio-antropológica evidencia o aprendizado da língua oral, pelos surdos, baseando-se em técnicas de ensino de segunda língua, ou seja, o ensino da língua oral deverá ser ministrado enfatizando a escrita, considerando que o canal de aprendizagem do aluno surdo é o visual podendo este ter acesso ao processo de aprendizagem, do desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Essa técnica parte das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pela criança ao longo de suas experiências naturais com a língua de sinais e diverge da tradição médico-terapêutica. No modelo patológico, o insucesso na aquisição e desenvolvimento da língua majoritária é atribuído à deficiência, limitando a capacidade do sujeito que difere da concepção sócio-cultural que atribui as dificuldades como parte do processo de desenvolvimento e aprendizagem. A educação de surdos vive um momento de propor

⁷ O conceito de ser surdo confirma o surdo. Assim, dentro das posições culturais, a palavra ser surdo assume uma política para a identidade, diferença e alteridade. (PERLIN, 2003).

⁸ A partir da classificação como deficiente, ocorre a normatização, que busca tornar o sujeito surdo, ouvinte ou compensar seu déficit através do treino sistemático da fala, leitura labial, uso de próteses auditivas, implantes, cirurgias, entre demais ações clínicas de reparação da fala e da audição. Essa visão recai sobre a patologia e a necessidade de intervenção clínica terapêutica, visto que a comunicação oral deve ser adquirida através da comunicação do deficiente com a comunidade ouvinte.

⁹ Entendemos que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes - membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros - que participam e compartilham os mesmos interesses em comum em uma determinada localização. (STROBEL, 2008, p.29).

construção de alternativas pedagógicas em que sejam constituídas abordagens apropriadas a este espaço educacional respeitando a diferença cultural dos surdos.

A língua possibilita a percepção de diferentes pontos de vista, troca de experiências facilitando o surgimento de reflexões e posições expondo novas ideias como instrumento de participação e renovações culturais que são geradoras de novas práticas de vida.

A cultura surda é a forma como o surdo concebe, remodela o mundo à sua volta, o que o torna acessível à sua percepção visual, contribuindo para a elucidação das identidades surdas, o que abrange costumes, crenças e língua. Ao tornar a língua como definidora da identidade social, enfatiza-se a sua função social e carece de uma educação voltada a uma prática pedagógica visual.

Podemos definir língua como uma linguagem, sistema abstrato e repleto de regras e conceitos indicando uma estrutura em diversos planos. Para que uma língua seja considerada como tal, ela deve ser acessível, eficaz e praticável. A língua de sinais é uma língua da modalidade visual-gestual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e reproduzida pelas mãos, ou seja, é estruturada pelo processo visual do cérebro que processa estímulos eficientes. Através dessa, o surdo pode comunicar-se livremente, pois novas informações são processadas e compreendidas, fazendo sentindo, sendo capaz de receber e decodificar significados. Essas estruturas e significados tornam a língua possível.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História e Cultura Surda

Inicia a história na antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: A infelizmente criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (BERHTIER, 1984, p. 45).

Historicamente estereotipados como seres inferiores, acreditavam que aos surdos faltava a propriedade essencial para conviver em comunidade: a língua oral auditiva. Essas narrativas criam uma norma ouvinte, uma representação paternalista que visa ‘cuidar’ do sujeito surdo, mascarando, limitando suas representações políticas e identidade.

Antes a história cultural dos povos surdos não era reconhecida, os sujeitos surdos eram vistos como deficientes, anormais, doentes ou marginais. Somente depois do reconhecimento da Língua de Sinais, das identidades surdas e, na percepção da

construção de subjetividades, motivada pelos Estudos Culturais, é que começaram a ganhar força as consciências político-culturais. Em determinados momentos, quando a luta por posições de poder ou pela imposição de ideias revela o manifesto político cultural dos povos surdos (STROBEL, 2008, p. 90).

A história da humanidade em seus registros apresentou os surdos, por diversas vezes, como pessoas que viviam à margem da sociedade. Mantidos escondidos pela família, igreja e sociedade, tinham seus direitos revogados a fim de manter distante da civilização seres ‘anormais’, ‘defeituosos’ e ‘inúteis’.

Abandonados ou isolados da/pela sociedade, por serem indivíduos considerados sem privilégios e não abençoados por Deus, surdos viveram momentos de silêncio¹⁰ e de experimentos médicos, mas através dos movimentos surdos proclamaram-se como seres capazes de pensar e tinham direito de ter uma formação educacional e conviver em sociedade, direito este que por longas datas lhes foi negado por uma sociedade que impunha a língua, a comunicação, o método de ensinar e de aprender dos ouvintes. A sociedade acreditava que para ser ‘normal’ seria preciso falar e ouvir, então os sujeitos surdos eram excluídos do convívio social com os demais membros da comunidade. Nesse contexto, a ausência de instituições educacionais perdurou por longas datas, haja vista a crença na não capacidade intelectual dos surdos.

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram descobertos pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem educados e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (SÁ, 2004, p. 15).

A visão médico-terapêutica defendia a normalização do surdo preconizando a sua integração e o convívio com ouvintes somente através da língua oral. A busca de equivalência ao ouvinte priorizou a oralidade considerando os sinais como meras “mímicas”, sem qualquer valor linguístico, que precisam ser evitados a todo custo, a fim de que o aprendizado da língua oral, por parte do surdo, não seja estorvado.

Para o Oralismo, surdez é uma deficiência que necessita ser minimizada, visando que o surdo viva e seja igual ao ouvinte. A fim de atingir sua meta, os oralistas trabalham com um conjunto de especialistas médicos e terapêuticos, tais como

¹⁰Momentos de silêncio significam por não poderem se expressar, não poderem utilizar a língua de sinais naturalmente. Conforme Emmanuelle Laborit (1994), “utilizo a língua dos ouvintes, minha segunda língua, para expressar minha certeza absoluta de que a língua de sinais é nossa primeira língua, a nossa, aquela que nos permite sermos seres humanos “comunicadores”.

neurologistas, fonoaudiólogos, psicólogos e otorrinolaringologistas, aproveitando resíduos auditivos caso existam, (por meio do aparelho). O Método Oralista tornou-se dominante e, conseqüentemente, a educação Oral apoderou-se, expulsando do meio educacional os professores surdos e banindo a Língua de Sinais que fora, considerada uma ameaça para Oralização (KÉZIO, 2016, p. 170-171).

A visão médica-tecnológica visava “à cura”, uma tarefa que até então era absorvida por outras sociedades além da Europa. Essa visão perdurou por muito tempo pela maioria das outras sociedades. A meta era macular essa língua minoritária assim como suprimir a cultura dessa minoria. Esse era o método mais natural para os ouvintes e, como os professores geralmente faziam parte desse grupo, usavam a fala em sala de aula não conhecendo e nem reconhecendo a competência dos sinais, a língua própria de seus alunos surdos. “Controlar” a sala de aula foi fácil, pois alunos foram proibidos de usar uma língua a qual os professores não pudessem compreender. Devido a essas circunstâncias, aos alunos exigiu-se que negassem sua própria língua, conseqüentemente removendo-a do ambiente da escola. Há relatos na História dos Surdos de que se esses alunos fossem pegos usando sua língua eram punidos. Essas punições consistiam em amarrar suas mãos, trancá-los em porões, armários e até mesmo serem castigados fisicamente ou ridicularizados em público. (KÉZIO, 2016, p. 72 e 73) evidencia estudos de Souza (2012) *apud* (PESSOTTI, 1984; LANE, 1992) *apud* (LANE, 1992, p.192) quando afirma que:

Os estudos médicos sobre a deficiência, a linguagem e a influência da tecnologia na medicina fez com que diversos médicos começassem a desenvolver seus trabalhos com surdos nos estabelecimentos educacionais. Nesses procedimentos eram priorizados os aparelhos auditivos e materiais concretos que estimulassem a audição e a fala. Esses eram os procedimentos mais brandos, pois muitos surdos, nesse período eram cobaias para procedimentos científicos. “Estas crianças não são entidades na sociedade, são máquinas vivas e estátuas... Não possuem sequer instintos animais... As suas mentes são vazias... Para elas o mundo moral não existe. Os vícios e as virtudes são irreais”. Pensamentos do Abade Sicard, reitor do Instituto dos surdos Mudos de Paris, em 1800.

Nos Congressos sobre surdez, não havia preocupação em fazer com que o aluno surdo pudesse adquirir a instrução, conforme era compreendida para os ouvintes e, sim, uma preocupação clínica e profissional por parte dos pesquisadores médicos, assim foi criada uma relação entre Educação Especial e Medicina, mas no âmbito da correção. Esse período que surgia após O Congresso de Milão, em 1880, Congresso que firmou a educação com base na Filosofia Educacional Oralista era chamado de Pedagogia Corretiva ou Medicalização da Surdez.

Os estudos da medicina evoluem e com ele uma nova categorização do surdo é evidenciada, a representação dos surdos em graus de surdez, ratificando a percepção de

‘doença’ e ‘deficiência’¹¹. Essa representação, ao longo da história cultural do surdo, veio acompanhada de conceitos, marcas e terminologias¹² que buscam evidenciar a surdez, a mudez, a deficiência, sua especificidade e que muitas vezes esquecem do sujeito em questão.

Quando um sujeito surdo se sobressai e aprende a falar, ler lábios, faz diferença na representação social. A identidade, as manifestações culturais do surdo são ‘mascaradas’ e sua língua, mais uma vez, é oprimida, pois, ainda hoje, é importante falar para serem aceitos na sociedade, para não serem percebidos como ‘coitadinhos’. A identidade surda deve aceitar ser surdo, não ter vergonha de que é. Surdos brasileiros, assim como surdos americanos e de outras nacionalidades, identificam-se como Surdos e não como Deficientes Auditivos e criticam a terminologia já enraizada da comunidade ouvinte em percebê-lo como Surdo-Mudo. A terminologia ‘surdo-mudo’ talvez seja uma das mais antigas denominações dadas aos sujeitos surdos.

(...) as comunidades de surdos de todo o mundo passaram a ser comunidades culturais (...) "falantes" de uma língua própria. Assim, mesmo quando não vocaliza, um surdo pode perfeitamente "falar" em sua Língua de Sinais, não cabendo a denominação SURDO-MUDO. Por outro lado, a mudez é um tipo de patologia causada por questões ligadas às cordas vocais, à língua, à laringe ou ainda em função de problemas psicológicos ou neurológicos. A surdez não está absolutamente vinculada à mudez (...) Dizer que alguém que fala com dificuldades é MUDO é preconceituoso, não acham? (RAMOS, 2005, p.19).

O aparelho fonador dos surdos possui a mesma capacidade fonética na produção de sons, possuindo cordas vocais e aparelho fonador, mas pelo fato de não ouvirem são considerados surdos. Existem muitos surdos oralizados, ou seja, possuem a capacidade de falar, apesar de nunca terem ouvido ou porque possuem alguém resíduo auditivo, o que permite compreender os sons da fala.

¹¹ O surdo poderá apresentar perdas auditivas *leves*, ou seja, não poderá ouvir sons abaixo e entre 20 e 40 dB, também poderá apresentar uma perda auditiva *moderada* que resulta na perda dos sons de 40 e 70 dB, *severa*, não podendo ouvir sons entre 70 e 90 dB e *profunda*, com a ausência de cerca de mais de 90 dB. (Conforme BIAP - Bureau International d'Audiophonologic.).

¹² Sasaki (2008) questiona: qual terminologia adequada chamará esta pessoa? Como nos referiremos a ela? De surda? De pessoa surda? De deficiente auditiva? De pessoa com deficiência auditiva? De portadora de deficiência auditiva? De pessoa portadora de deficiência auditiva? De portadora de surdez? De pessoa portadora de surdez? Têm tantas terminologias que até perturbam a sociedade que embasam as informações acerca de surdos em várias teorias diferentes. Segundo os surdos linguistas americanos Padden e Humphries (2000), o povo surdo americano optou por ‘Deaf’. ‘Deaf’ com letra maiúscula representa a comunidade usuária da Língua de Sinais Americana (ASL) e uma cultura diferente, porém as pessoas que apenas têm "problemas de audição", como idosos ou ouvintes que subitamente perdem a capacidade de ouvir, não são ‘Deaf’, mas sim ‘deaf’. O uso da palavra ‘deaf’ com letra minúscula trata das pessoas que não ouvem, seja qual for a sua identidade cultural.

Em relação ao termo surdo-mudo, é muito forte dentro da comunidade surda o repúdio ao mesmo, por ser considerado que as pessoas que nascem surdas, e as que adquirem a surdez antes da aquisição da língua verbal, não desenvolvem a oralidade pela impossibilidade de escutarem e entenderem a comunicação oral dos/as ouvintes, mas apresentam o sistema fonador preservado, emitem sons e podem falar por meio da língua de sinais, e algumas conseguem se tornar oralizadas por escolha própria, imposição da família ou da sociedade ouvintista. Por estes motivos os surdos/as não são mudos/as (BARROS; HORA, 2006, p. 18).

Conforme a pesquisadora Lanne (1992), quando utilizamos o termo ‘mudo’ em ‘surdo-mudo’ não nos referimos somente à surdez ou à mudez, mas também à fraqueza da mente, haja vista que o surdo em sua história cultural já foi considerado deficiente do intelecto.

É importante que seja vista na surdez primeiramente a pessoa surda, ou seja, ver o surdo como pessoa e não como um “deficiente”, ver que este é um sujeito que usa uma comunicação diferente, mas que esta forma diferente de comunicação não o priva de se relacionar, pensar e agir. A comunicação humana faz com que o ser humano se relacione no meio em que vive e como mundo, seja esta comunicação realizada através da fala, mímicas, gestos, desenhos, tanto na área da educação, como nas demais esferas de atividade humana. Strobel apud Quadros e Perlin (2007, p. 23) afirma que: “temos as variações de representações no decorrer de história de surdos e ao lado destas representações, baseadas nos discursos ouvintistas, encontramos os vários estereótipos negativos acerca de surdos, tais como o mudo(...)”.

No que se refere ao termo Deficiência Auditiva - D.A. os surdos a rejeitam, pois definem segundo a sua capacidade em ouvir, reforçando o estereótipo que a fala e a audição refletem a função principal na vida ‘normal’ não evidenciando sua característica linguística. O termo é comumente utilizado em âmbitos da saúde, quando se classifica o surdo em graus de perdas auditivas.

A terminologia ‘deficiente auditivo’ vem sendo renegada pelos surdos por recordar as representações vindas da medicina que os consideravam doentes, incapazes, “(...) é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais” (SACKS, 1998, p.15).

Em 1976, o sociolinguista James Woodward designou os termos Surdo e surdo a representação do ‘Surdo’ com “S” maiúsculo e do ser ‘surdo’ com “s” minúsculo. Essas designações foram adotadas mundialmente pelas comunidades surdas evidenciando os divergentes olhares sobre a surdez. Consideram-se surdos com S maiúsculo os formadores de uma identidade linguística e cultural e surdos com s minúsculo aqueles que se enquadram no modelo auditivo, que não são culturalmente surdos (BARBOSA, 2007).

Lane (2008. p. 284) afirma que:

Ser surdo (com “S” maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não veem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda, mas como “membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta”.

Podemos ainda destacar o pensamento de Woodward, quando afirma que a representação “inclui as práticas de significação simbólica das quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos” (2005, p.17)

Ser surdo é ser um estrangeiro dentro do seu próprio país, pois faz uso de uma língua que não é compreendida por todos, uma forma de linguagem rica, completa, lógica e serve para atingir todos os objetivos de forma rápida e eficiente na exposição de necessidades, sentimentos, desejos, servindo plenamente para alimentar os processos mentais.

A aceitação do termo surdo como mais apropriado (...) representa, também, uma tentativa de minimizar o processo de estigmatização dessas pessoas, (...) através do qual a audiência reduz o indivíduo ao atributo gerador do descrédito social. A expressão surdo, como vem sendo empregada, tem favorecido identificar a pessoa como diferente, sendo esta diferença particularizada por ser decisiva para o desempenho (DORZIAT, 2002, p.2).

Os surdos trazem consigo a experiência de uma língua visual-espacial, a Língua de Sinais, uma língua não oral-auditiva, manifestação linguística própria deles mesmos em sua forma mais autêntica de produção. Os direitos linguísticos dos surdos brasileiros passam a garantir a inclusão dos surdos na sociedade brasileira, garantindo-lhes o acesso ao conhecimento em sua própria língua e garantindo-lhes o exercício à cidadania (QUADROS, CERNY; PEREIRA, 2008, p. 54).

2.2 Opressão e Repressão linguística versus Pedagogia Visual

A história dos surdos é contada pelos surdos e pelos outros não surdos. “Pintar psico-histórias de grandes homens lutando para obter um lugar na história das civilizações dos que ouvem tem pouco ou nada a ver com representar as circunstâncias históricas das pessoas Surdas vivendo à margem daquelas sociedades que ouvem” (WRIGLEY, 1996, p.38). Os diferentes relatos históricos sobre os surdos apresentam evidências de que nem sempre eles foram respeitados, reconhecidos e evidenciados como seres humanos. “As narrativas surdas

constantes à luz do dia estão cheias de exclusão, de opressão, de estereótipos” (PERLIN, 2004, p.80).

A história do povo surdo mostra que por muitos séculos de existência, a pedagogia, as políticas e muitos outros aspectos próprios do povo surdo têm sido elaborados sempre sob o ponto de vista dos ouvintes e não dos surdos que, quase sempre, são ignorados, desvalorizados enquanto sujeitos e profissionais que podem contribuir a partir de suas capacidades essenciais e de sua diferença (STROBEL, 2008, p.36).

Os registros históricos surdos seguem vários olhares, olhares opressores, olhares oprimidos. A História Cultural dos surdos, na visão dos surdos, há poucos registros, evidenciando, assim, maiores quantidades em registros dos opressores. “Há uma luta pela prevalência sobre os poderes e os saberes que operam nas sociedades humanas. O palco desta luta é a sociedade como um todo. O pano de fundo é a opressão social e cultural (...)” (SÁ, 2002, p.1).

Muitas vezes o povo surdo é reservado porque a sociedade brasileira ainda vê sujeitos surdos como ‘deficientes’. Recentemente em um documentário de televisão americana, ‘Som e Fúria’, uma mãe de um surdo conversando com uma mulher surda, sobre a decisão dela em fazer implante coclear no seu filho. A mulher surda pergunta à mãe do implantado: ‘(...) você não aceita a surdez de seu filho?’, a mãe respondeu: ‘claro que aceito a surdez de meu filho, mas eu quero que ele tenha uma vida normal’. Isto é muito corriqueiro na sociedade ouvinte, dizem que aceitam os surdos, que aceitam a língua de sinais e a cultura surda, mas ainda veem surdos como ‘anormais’, pois acham que falta algo na vida dos surdos e isto dificulta que os mesmos construam as suas identidades surdas com sua diferença cultural, isto é, porque para a sociedade, a falta de audição é ser ‘anormal’ (PERLIN, 2004, p. 28)

Ao longo dos anos, a surdez esteve associada à deficiência mental, pois a visão clínica discriminou e marginalizou os surdos como sujeitos incapazes. Contada pelos não surdos, a história dos surdos percebe esse sujeito sendo ‘descoberto’ e ‘salvo’ pelos ouvintes que com seus estudos evidenciaram a forma ‘correta’ de os inserir na sociedade, de instruí-los, educá-los. Estudar a história da comunidade surda no mundo é verificar as verdades que foram construídas, é evidenciar conhecimentos equivocados de épocas anteriores, a negação de realidades, talvez pela ignorância desses conhecimentos, é elucidar esses equívocos através de relatos, vivências dos povos surdos.

Isolar o surdo é negar-lhe a língua de sinais, quando não mais conseguiram isolá-los, surdos começaram a formar guetos, fortaleceram-se, criaram resistência e se reuniram ‘às escuras’, através dessa resistência empoderaram-se, criando locais específicos para seus

encontros, para seus relatos, para a expansão de suas vivências, formaram associações¹³ de surdos, ambiente de entrosamento filosófico voltado à cultura e à língua de sinais como pauta principal.

A escola desenvolveu sua linguagem peculiar ou jargão, embora não seja verbal. (...) Todas as comunicações deveriam ser orais. Nosso sinal-jargão estava proibido, é claro. (...) Mas essas regras não podiam ser impostas sem a presença da equipe. O que descrevi não é como falávamos, mas sim como falávamos entre nós, quando nenhuma pessoa ouvinte se achava presente. Nessas ocasiões, nosso comportamento e nossa conversa eram muito diferentes. Relaxávamos as inibições, não usávamos máscaras (SACKS, 1990 p. 29).

Relatos surdos por Strobel, (2008, p. 47).

Usávamos sinais próprios surgidos entre nós alunas surdas da escola, já que não tínhamos vínculo de identificação com surdos adultos a quem poderíamos basear a língua de sinais padrão. Estávamos conversando muito animadamente sobre um assunto específico de nosso interesse, bem soltas e felizes. Enquanto isto vinha vindo uma professora da escola e nos repreendeu dizendo que parecíamos duas ‘macacas’, que era muito feia a nossa comunicação com as mãos. Ela nos mandou colocarmos as mãos para trás e falarmos com voz uma para outra, uma coisa impossível de fazer. Anne e eu nos olhamos envergonhadas e constrangidas, sentimos a nossa comunicação muito limitada para conversarmos sobre assuntos de nosso interesse e nos calamos.

A punição para o ‘infrator’ surdo, ao usar língua de sinais, era severa, relatos apresentam que possuíam suas mãos amarradas, eram trancados em porões e armários, eram

¹³ Esses espaços surgiram como uma forma de resistência contra a prática ouvintista. As Associações de Surdos e Federações promovem acontecimentos culturais. São unidades de compartilhamento, apreciação da cultura surda onde celebram as conquistas, debatem as lutas e conquistas futuras. Nesses ambientes ocorrem palestras, debates, empoderamento social e cultural. São comuns festas, concursos, como miss surda, competições esportivas, apresentações de teatro, piadas e humor surdo. (...) O surgimento das associações de surdos enquanto territórios livres do controle ouvinte sobre a deficiência, os patrimônios endogâmicos, a comunicação em língua de sinais nos banheiros das instituições, o humor surdo, etc., constituem apenas alguns dos muitos exemplos que denotam uma outra interpretação sobre a ideologia dominante (SKLIAR, 1998, p.17). Nos dias atuais, podemos destacar como associações que defendem os interesses dos surdos a APADA– Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo, a criação dessa associação deu-se como uma necessidade de buscar respostas aos anseios e questionamentos de mães efetivamente preocupadas com os insucessos ou significativas dificuldades na escolarização de seus filhos (Leitão, 2008, p. 156 e 157). Entre as Associações dos Profissionais Intérpretes e Tradutores de Língua Brasileira de Sinais, em nível nacional destaca-se a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), uma entidade profissional autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 22 de setembro de 2008, tendo como função orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais (APILS), buscando realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS).

forçados a manterem-se de braços cruzados, até mesmo serem castigados fisicamente ou ridicularizados em público, no canto da sala, com vista para todos os colegas, a fim de desencorajar aos demais o uso dos sinais, muitos eram chicoteados como animais, fazendo menção ao macaco, visto que zombavam de sua forma de comunicação, eles eram vistos como macacos ao se comunicarem com as mãos (GRIGGS, 1998; KYLE, 1998; SANCHES, 1990; STROBEL, 2008; YOUNG, 1996).

(...) o uso do castigo físico faz parte de um sistema de controle de uma sociedade investida do sentido da ordem e da lei. A vigilância enreda a todos, e não apenas as crianças. As instituições do século 18, ligadas por uma espécie de 'rede' de crenças, valores e hábitos, geraram um sistema de vigilância, controle e punição desde a família, até prisão, passando pela escola ou serviço militar. A educação tradicional era autoritária porque podia impor todo o seu saber e poder para "torcer o pepino desde pequeno". Era um sistema educativo que acreditava ser preciso formar um cidadão "disciplinado" para ser "dócil" a nova ordem moderna (LIMA, 2004, p.1).

As línguas de sinais foram perseguidas e percebidas como ameaça por instituições educacionais e normatizadoras, os surdos 'rebeldes' a utilizavam nos mundos clandestinos, marginais, onde sobreviviam através das contraculturas estabelecidas pelos estudantes surdos nos espaços educacionais (RÉE, 2005, p. 2).

No Brasil, assim como em outros países, as lutas da comunidade surda são por políticas que respeitem sua língua, cultura e identidade, que percebam e respeitem suas características linguísticas e culturais. Como afirma Skliar (1998), os sujeitos surdos organizam-se, integram-se como pertencentes a uma comunidade linguística onde a falta de audição não desempenha nenhum papel significativo. Fazem isso por meio de movimentos políticos para terem seus direitos linguísticos, de cidadania reconhecidos e não pautados nas filosofias ouvintistas, tendo como fator principal a língua de sinais, pois tendo acesso a essa, o mais cedo possível, sua integração será satisfatória à comunidade ouvinte (QUADROS, 1997).

A humanidade tem toda a história de surdos para comprovar como os caminhos dos sujeitos surdos foram repletos de obstáculos, riscos e limitações. Os preconceitos, estigmas e estereótipos têm raízes historicistas e culturais. O povo surdo já sofreu terríveis injustiças, é claro que não podem ser esquecidas, mas não significa que devem ser usadas como pretextos para ressentimentos. Se o povo surdo percebe que as práticas ouvintistas e/ou de colonização são as manchas na sua história, que é herdada da geração surda antiga até hoje, então pode compreender que também têm ouvintes 'não-ouvintistas' e/ou 'não-colonizadores' (STROBEL, 2008, p.55).

Em busca de uma política que respeita as diferenças culturais a comunidade surda faz sua caminhada escrevendo seus anseios e especificidades na história política, cultural, social,

educacional, linguística da humanidade. Surdos, ouvintes, conhecedores de língua de sinais, professores, pais, tradutores/intérpretes e demais participantes da comunidade surda afirmam uma cultura baseada na não reprodução de estereótipos. Após séculos de isolamento cultural surdo, hoje se vive o despertar cultural, despertar da identidade surda, uma história escrita por muitos que fizeram ‘a diferença’ na História Cultural dos Surdos.

A busca por uma educação voltada para o aspecto visual movimentou a comunidade surda em encontros, seminários, conferências e congressos e resultou na elaboração do documento: “A Educação que Nós Surdos Queremos” no pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado pelo NUPPES/UFRGS, em 1999, que reuniu pesquisadores, profissionais, familiares e lideranças da comunidade surda mundial (Brasil, América Latina, América do Norte e Europa) e visibilizou a força da mobilização política da comunidade surda. Esse documento foi norteador para a elaboração de um decreto que iria regulamentar a Lei de Libras no Brasil, posteriormente.

25. Elaborar uma política de educação de surdos com escolas específicas para surdos (p. 5).

26. Considerar que a escola de surdos é necessária e deve oferecer educação voltada para princípios culturais e humanísticos, promovendo o desenvolvimento de indivíduos cidadãos e sendo um centro de encontro com o semelhante para produção inicial da identidade surda (p. 5).

53. Substituir o termo de “deficiente auditivo” por surdo, considerando que o deficiente auditivo e o surdo não têm a mesma identidade: o deficiente auditivo usa comunicação auditiva, tendo restos auditivos que podem ser corrigidos com aparelhos; o surdo usa comunicação visual (línguas de sinais) e não usa comunicação auditiva (p. 8).

58. Propor o reconhecimento e a regulamentação da língua de sinais em nível federal, estadual e municipal para ser usada em escolas, universidades, entidades e órgãos públicos e privados (p. 9).

59. Considerar que as línguas de sinais são línguas naturais das comunidades surdas, constituindo línguas completas e com estrutura independente das línguas orais (p. 9).

71. Fazer da língua de sinais uma disciplina no currículo, envolvendo o ensino de sua morfologia, sintaxe, e semântica (p. 10) (FENEIS, 1999).

Essa reflexão dá destaque à concepção do surdo como sujeito de sua educação, uma educação norteada por sua língua e através de práticas visuais. A Pedagogia Visual baseia-se nas experiências visuais dos sujeitos surdos, tendo como estratégia a representação cultural e linguística para transmissão dos conteúdos, de objetos, imagens e de língua cuja natureza e aspecto são de aparato visual. A pedagogia visual torna-se a emancipação do surdo (CAMPELLO, 2008).

Conforme Nery e Batista (2004):

(...) o processo de ensino do aluno surdo se beneficia do uso das imagens visuais e que os educadores devem compreender mais sobre seu poder construtivo para utilizá-las adequadamente; a formação de conceitos seria facilitada utilizando representações visuais, e a sua adoção, nas atividades educacionais, auxiliaria no processo de desenvolvimento do pensamento conceitual, porque a imagem permeia os campos do saber, traz uma estrutura e potencial que podem ser aproveitados para transmitir conhecimento e desenvolver o raciocínio (p. 290).

Para a comunidade surda o uso da Pedagogia Visual, em sua educação, se refere a uma nova dimensão da possibilidade do “saber fazer”, visto que são acessíveis a comunicação visual, que caracteriza sua língua, a língua de sinais, uma língua de característica gesto-sinestésico-visual. Sua dimensão linguística possibilita a constituição de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos que transmitem significados, os quais são identificados por seus utentes pelo meio das mesmas dimensões espaciais. Os sinais são formados a partir de uma combinação entre os parâmetros das Línguas de Sinais¹⁴.

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros frequentemente vivem num ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma comunidade surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles fazem parte de uma sociedade nacional, com uma língua de sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país (SUTTON-SPENCE; QUADROS, 2006, p. 111).

Visto que a Pedagogia Visual possibilita a acessibilidade visual, a comunidade surda a recebe como uma potencialidade em seu processo educacional. O professor, por meio do auxílio visual, pode proporcionar ao aluno surdo aulas mais interativas, através de momentos lúdicos, estimulantes, diferenciados, respeitando as características da língua de seu aluno. Esse mediador através do uso de elementos imagéticos facilita a percepção dos conteúdos, aumentando a autoestima, permitindo ao aluno surdo o acesso a uma pedagogia visual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Percepções sobre LIBRAS, Identidade, Cultura Surda e Pedagogia Visual

Podem-se levantar alguns questionamentos ao que se refere à cultura do surdo. Ela existe? O que leva o povo surdo, que vive em uma país, em uma cultura já estabelecida ter

¹⁴Parâmetros das Línguas de Sinais: Configuração de Mãos (CM), Ponto de Articulação (PA) ou Locação (L), Movimento (M), Orientação da mão (Or) e Expressões não Manuais (ENM) que se dividem em Expressões Faciais e Corporais.

uma cultura? Esse povo tendo uma cultura dentro de um país que possui sua carga cultural seria esse povo bi-cultural? Em resposta a esses questionamentos podemos esclarecer que os surdos percebem o mundo à sua volta, em alguns aspectos, de maneira diferente, pois sua percepção está longe da experiência auditiva, pois sua experiência é visual. Assim como nas demais culturas, a cultura é o padrão da vivência, da percepção que os sujeitos compartilham, as trocas, a língua, hábitos, valores, crenças, modos de socialização, suas representações simbólicas para classificar o mundo e suas relações. Ele se torna bi-cultural, pois interage, convive, aprende com a sua cultura e a cultura dos povos do país em que vive.

Nos dias atuais é comum percebermos movimentos sociais que buscam reivindicar sua cultura, seus direitos sociais e políticos que historicamente foram negados. Destacam-se entre essas minorias culturais os negros, indígenas, mulheres, homossexuais, deficientes e surdos que por sua vez processam a formação e a afirmação de suas identidades culturais.

O conceito de identidade é um dos mais importantes para pensar e analisar os fenômenos socioculturais. Para os surdos rebaterem as críticas daqueles que impõem a identidade ouvinte como hegemônica, centrada e única, o surdo trabalha sua transformação. Pelin apud Skilar (2003, p. 99) apresenta três aspectos experimentais sobre a Identidade Surda:

A experiência que o surdo faz no contato com a essência que está no outro surdo. É um ato de ir construindo a identidade, ato que permite novamente colocar a questão não resolvida das identidades nunca prontas, fragmentadas, em contínua construção, em uma temporalidade do deslocamento cultural.

A experiência no ato de o surdo dar sua experiência, do estar sendo surdo ao outro surdo, novamente entra a pretensão das identidades em questão de dependência, que tem necessidade do outro semelhante.

A experiência que simplesmente se transforma em resistência. Ela vai além da resistência e transforma em pretensão a sua pureza de origem reposicionando as identidades transculturais. Uma experiência que evidencia que somos multiformes, plurais, visto que acontecem inclusive outras trocas como o caso de hibridismo.

Dentro da cultura de um mesmo povo podem coexistir diversas identidades que harmonizam e conflitam entre si. Logo existe mais de uma identidade, significados, experiências de um povo. A identidade evidencia a pluralidade de um povo, as experiências, a complexidade real sociocultural.

O sujeito surdo ao conhecer e a vivenciar a história de surdos desenvolve a sua identidade pessoal, do 'eu', começa a ter uma visão mais sistematizada acerca de sua diferença e do povo surdo em que vive, através de suas descobertas e discussões, enxerga o mundo, discute, descreve e escreve o que vê, o que sente em relação ao seu ser surdo. Ele exterioriza a sua subjetividade e desenvolve sua autoestima (STROBEL, 2008, p.36).

Para compreender a complexidade das identidades de um povo é importante o seu surgimento, ideologias, poder, dominação, simbolizações e representações. Para compreendermos as identidades surdas, primeiro precisamos admitir que elas são marcadas por contextos de poder e dominação entre surdos e ouvintes, são construídas por intencionalidades que se desenvolvem através de contextos de relações de dominância.

(...) As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com a maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos-valia social (PERLIN, 2004, p.7778).

A construção da identidade reflete no sentimento de pertencimento de um povo, de uma cultura ou o não pertencimento a outro povo, a outra cultura. Identidade se faz na alteridade. Segundo Stuart Hall (1997), Kethryn Woodward (2000) e Tomaz Tadeu da Silva (2000), a identidade cultural não é autorreferencial e, sim, um ato relacional. Portanto, a condição *sine qua non* de identidade é a existência da alteridade, a construção de uma identidade cultural de um povo deve ser compreendida como um processo, uma dinâmica relacional de identidade e diferença.

A língua de sinais e o reconhecimento da cultura surda possuem papel fundamental na construção da identidade surda. Os discursos sobre a cultura e identidade enfatizam os estudos culturais associando sua importância na história de surdos. É através da cultura que um povo se constitui, integra e se identifica como pertencentes de uma identidade. A identidade surda é múltipla e multifacetada, podendo ser percebida e definida conforme suas vivências sociais (STROBEL apud PERLIN, 2008).

As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas se moldam de acordo com maior e ou menor representatividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa representatividade cultural também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, da redutibilidade, da sensação de invalidez, de inclusão entre deficientes. A cultura surda é o lugar para o sujeito surdo construir sua subjetividade de forma a assegurar sua sobrevivência e a ter seu *status quo*, nas múltiplas culturas, múltiplas identidades. Para o surdo não é tudo é cultura, mas o que tem significado essencial para a constituição da existência tem a dimensão cultural, um significado, uma política. A cultura é uma parte constitutiva do político surdo que por sua vez impõe inclusive os limites culturais (PERLIN, 2003, p. 130).

As multifacetadas surdas estão evidenciadas em seus artefatos culturais nos quais podemos destacar as obras artísticas: literatura, pintura, humor, teatro, escultores, entre outros.

Assim como as demais culturas a cultura surda passa suas experiências vividas através de suas memórias. Através de suas obras e contações de histórias, relatos das experiências passadas e anseios futuros são repassados por gerações. Essas lembranças traduzem-se em representações ou símbolos, cuja expressão material visualiza-se no patrimônio cultural das populações ou comunidades, tratando-se de valores e significados, costumes, tradições, expressados por outras linguagens, como, por exemplo, a dos relatos ou narrativas (PERAZZO, 2006, p. 63).

A cultura surda compreende a língua de sinais, artefatos culturais, ideológicos e materiais. Dentre os artefatos materiais, podemos destacar os dispositivos eletrônicos não auditivos, telefones para surdos, campainha com sinal luminoso, relógios com despertadores vibratórios, fax, internet, mensagens por celulares, redes sociais, webcams, aplicativos de conversa em vídeo, closed-caption, legenda de televisão, entre outros, ou seja, materiais que são adaptados, adequados ou usados para atender as suas necessidades, focando, principalmente, o canal visual. A comunidade surda visa adequar o uso da tecnologia visual e seus canais de produção e recepção à característica visual-espacial da língua de sinais para sua comunicação e educação.

A utilização da TV, DVD, data show, vídeos, internet, softwares, redes sociais, e-mail, chat, webcam, mensagens de textos de celulares se tornam objetos de aprendizagem e oportunizam e motivam o acesso e a participação dos surdos em seu processo educacional, visto que suas experiências de comunicação são de caráter visual (KÉZIO, 2016, p. 77)

A comunidade surda luta por viver sua subjetividade, sua visualidade. A língua natural do sujeito é a manifestação de algo mais geral, é a manifestação da linguagem, ou seja, a língua é uma parte essencial da linguagem que permite expressar conteúdos, emoções, sentimentos, ordens, perguntas, afirmações, comentar o passado, o presente e o futuro. A sua formalização exigiu não só o estabelecimento das regras, como também se constituiu num sistema de intercomunicação humana por meio de signos visuais, passando a ter valores silábicos convencionais de forma e princípios (KEZIO; WANNESKA, 2016, p. 143)

A Pedagogia Visual ergue os pilares da visualidade como maior aliado no processo de ensino e de aprendizagem do surdo, mas alguns obstáculos são enfrentados pela comunidade surda quanto à sua escolarização plena. Campello (2008, p. 130-131) enfatiza alguns fatores que denunciam a pouca importância aos estudos da pedagogia surda em seu processo de escolarização, nas quais destacamos: a ausência de políticas educacionais específicas para surdos; exigência de integração dos componentes curriculares a uma pedagogia visual e inexistência da formação específica na área de Pedagogia Visual.

(...) contação de história ou estória, jogos educativos, envolvimento da cultura artística, cultura visual, desenvolvimento da criatividade plástica, visual e infantil das artes visuais, utilização da linguagem de Sign Writing (escrita de sinais) na informática, recursos visuais, sua pedagogia crítica e suas ferramentas e práticas, concepção do mundo através da subjetividade e objetividade com as “experiências visuais” (CAMPELLO, 2007, p. 129).

Para que ocorra uma pedagogia visual deve ser considerada a criatividade e expressividade dos sujeitos surdos no movimento realizado para garantir seus direitos à modalidade de comunicação viso-gestual com a Língua de Sinais Brasileira, faz-se importante indicar a ampliação da produção, por esses sujeitos, de materiais didáticos especificamente relacionados ao processo de visualidade, aspecto cultural que não pode deixar de ser considerado no processo de ensinar e aprender (CAMPELO, 2008).

Na percepção do surdo, a Pedagogia Visual contempla um mundo de possibilidades e potencialidades acessíveis visualmente, alcançando novos horizontes e a necessidade de introduzir suas necessidades educacionais ao campo visual, porém este encontra algumas barreiras, dentre elas está o não conhecimento da língua de sinais por seus professores, bem como o escasso conhecimento sobre a cultura da comunidade surda, uma cultura alicerçada nas experiências visuais do mundo em que os surdos estão inseridos.

Através da pesquisa, observamos que não é comum encontrar produções teórico-metodológicas relacionadas à pedagogia visual na área dos surdos, mesmo que a língua de sinais (que é a língua natural, materna e nativa das pessoas surdas, cuja modalidade é gesto-visual), se apoie em recursos da imagem visual. É um novo campo de estudos e a demanda da sociedade, por sua vez, pressiona a educação formal a modificar ou criar novos conceitos ou denominações para a pedagogia visual, a fim de reorientar os processos de ensinar e aprender. Isto ajudará a propor uma educação que não só beneficie o indivíduo surdo, mas que garanta a participação de todos: professores, docentes, pesquisadores, alunos, ou seja, a escola em sua totalidade. Esta área é ainda restrita a poucos: imagem visual, semiótica imagética ou também o uso de língua de sinais na sua aquisição, compreensão e captação do pensamento através da imagem visual (CAMPELLO, 2007 p. 113 e 114).

Para facilitar o processo de ensino e de aprendizagem do sujeito surdo o professor/mediador deve permitir ao surdo o acesso a este processo através da pedagogia visual que visa superar as dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem através da construção de novos valores, jogos interativos, softwares educacionais, dicionários digitais, entre outros aspectos das novas tecnologias que correlacionadas à comunicação visual, qualidade, agilidade, ferramentas interativas garantem maior aplicabilidade, pois vieram para amenizar as dificuldades, melhorando o desempenho dos alunos surdos.

Para tanto, é necessário que esse mediador seja aliado ao uso imagético utilizando esse recurso disponível para integrar a sua prática docente, sua vivência e experiências sobre os assuntos de sala, ou seja, precisa ter preparação e conhecimento das línguas envolvidas neste processo de mediação entre a aprendizagem e o aluno surdo. Essa preparação envolve a preocupação de dominar a língua de sinais, os recursos tecnológicos e a possibilidade do uso dessas ferramentas pedagógicas na construção do desenvolvimento do aluno surdo.

Por isso é necessário que o professor compartilhe vivências surdas para que possa desenvolver conteúdos práticos, a fim de resolver as questões difíceis do mundo de hoje. Pois para que seu aluno possa assimilar o conteúdo proposto este mediador deve acompanhar, aprender e elaborar atividades com foco nas necessidades culturais de seus alunos, para que essa aprendizagem possa ser valorosa, tanto para a vida pessoal quanto profissional de seu aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das características peculiares da língua de sinais surge a necessidade de pensar em uma estrutura que trabalhe a visualidade do aluno, para que este se familiarize com a perspectiva visual, visto que essa possibilidade de ensino, por muitas vezes, fora negada aos surdos no decorrer de seu processo educacional.

Ainda que o historicismo¹⁵ tenha podado a língua de sinais, ela sobreviveu, pois a resistência, pelos surdos, contra o ouvintismo marcou sua história ao sinalizarem nos corredores, dormitórios e em demais momentos e locais em que os opressores não se faziam presentes. Diferentemente da classificação de surdez pelos ouvintes, o surdo não se classifica conforme sua surdez, o que mais importa a eles é o pertencimento ao povo surdo, ter acesso às informações e conhecimentos, através do visual, estabelecer sua identidade, ligação com os usuários de sua língua e cultura é o que define as suas identidades como pessoas surdas.

A LIBRAS assume um lugar de destaque nas comunidades surdas brasileiras, surdos que possuem acesso à língua de sinais e à participação da comunidade surda em sua vida

¹⁵ No historicismo os sujeitos surdos eram percebidos como sujeitos que precisavam ser 'normalizados', essa ideia fez com que fossem criados locais em que todos os ditos 'anormais', aqueles que são rejeitados pela sociedade ouvintista, sejam 'educados', apresentando uma 'estrutura de exclusão'. No historicismo, a oralização é muito valorizada e importante para a sociedade, então não havia a preocupação de formação intelectual de sujeitos surdos uma vez que eram considerados 'deficientes'. Os sujeitos surdos eram entregues pelas famílias a esta instituição em regime de internato até que estivessem aptos para retornar ao convívio familiar, o que, invariavelmente, acontecia no início da idade adulta (STROBEL, 2008).

educacional, social e política possui uma maior segurança, autoestima e desenvolve sua identidade cultural.

Para que ocorra efetivação no processo de ensino e de aprendizagem dos surdos pela Pedagogia Visual, faz-se necessária a língua de sinais como identidade e cultura de um povo visual. A principal marca da identidade e peculiaridade cultural dos surdos a língua de sinais é uma forma de comunicação que possibilita ao surdo transmitir e proporcionar-lhe conhecimento universal e desenvolvimento integral. Quando os professores possuem pouco contato com surdos, desconhecem a pedagogia visual que se estrutura fundamentalmente com signos imagéticos, a importância da percepção visual passa despercebida e provoca consequências negativas na comunicação e apropriação dos conhecimentos.

A língua de sinais assume um papel de destaque em todos os processos relacionais, pessoais e individuais do sujeito surdo, através dela a participação em todos os âmbitos sociais é efetivada, fornecendo-lhe segurança, conforto, autoestima e uma identidade. No decorrer desses séculos, a sociedade estigmatizou, estereotipou e isolou os sujeitos surdos, pensando por eles, tomando ideias e medidas que proibiram o uso das línguas de sinais, aprisionando-os à cultura do outro. Ao reivindicarem sua história, os sujeitos surdos criam suas identidades e assumem uma postura de defesa, de luta e de busca.

Após a fase opressora, épocas de ‘trevas’, vivemos um momento de despertar, tempos de ‘luz’ que visam reparar as consequências do isolamento sociocultural do surdo quando sua língua lhes fora negada. Hoje, a cultura surda se eleva, a língua de sinais cria força e estabelece metas para a comunidade surda, esta que é composta por surdos e ouvintes que promovem a cultura surda, fortalecendo seus laços, a via social, aumentando a credibilidade no processo de relações interpessoais.

A identidade cultural nasce, se forma e consolida-se pelo processo de identificação e diferenciação. É nos momentos conflitantes de uma comunidade que elas fundamentam seus ideais. A identidade não pode ser vista como inerente às pessoas, mas sim como resultado de práticas discursivas e sociais em circunstâncias sócio-históricas particulares.

Assumir a existência da língua, da cultura e da identidade surda no interior e no exterior da comunidade surda implica a defesa social específica, a representação de suas vontades, de suas distinções. A cultura surda, além de ser composta pela língua de sinais, ela possui suas manifestações artísticas que refletem a imagem do surdo. Os estudos culturais dos surdos nos levam a percebê-los de forma humanística, a compreender que a sociedade não é homogênea, considerar, compreender as diferenças linguísticas, a cultura e as identidades surdas é respeitar o surdo.

A pedagogia visual na educação de surdos foi praticamente anulada na perspectiva oralista, a ausência de métodos que compreendam o surdo e suas peculiaridades linguísticas acarretou dificuldades escolares para os surdos. Assim, é de extrema relevância a pedagogia visual no processo educacional dos surdos, visto que é através da visualidade que os processos de ensino e de aprendizagem serão adquiridos com maior facilidade. A escola, evidenciando o ensino através da experiência visual, possibilita ao aluno aproximar-se do saber.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. V. **A avaliação das habilidades comunicativas de crianças surdas: a influência do uso da língua de sinais e do Português pelo examinador bilíngue.** Tese de Doutorado. São Paulo 2007. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5162/tde-17022009-111331/.../felipevbarbosa.pdf acesso em 23/11/2016

BERTHIER, F. **Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Épée.** In LANE, H. E PHILIP, F. *The deaf experience: classics in language and education*, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984. (Texto originalmente publicado em francês em 1840).

CAMPELLO, A. R. S. **Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos.** In Estudos Surdos II / Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

_____, **Pedagogia Visual na Educação de Surdos-Mudos.** Tese de doutorado. Florianópolis. 2008.

DORZIAT, A. **Deficiente Auditivo e Surdo: uma reflexão sobre as concepções subjacentes ao uso dos termos.** http://www.geocities.com/flordepessegueiro/html/surdez/deficiente_auditivo_e_surdo.htm acessado 28/07/2002

KÉZIO, G. F. L. **As potencialidades/possibilidades da disciplina libras em ead: o aluno em contato com o 'mundo' gestuo-visual do surdo.** Entre fronteiras: reflexões sobre linguística e literatura. TOLOMEI Cristiane Navarrete; LIMA, Paulo da Silva (orgs.). São Luís: EDUFMA, 2016. p. 63-82

_____, **oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos.** *Anais do 1º Colóquio Internacional de Letras/organizado por Cristiane Navarrete Tolomei et. al.._Bacabal, MA: Edefma, 2016. P. 166-180*

_____, **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa no polo sobral - ceará: como os estudos de educação inclusiva podem proporcionar experiências exitosas no processo de alfabetização.** *Anais do Encontro Nacional de Ensino e Linguagem: pensando o*

ensino de língua e de literatura na atualidade. Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA: Edufma 2016.

_____ e WANNESKA, Anny L.B. **A psicopedagogia como mediadora do processo de aquisição da língua(gem)**. Anais do 1º Colóquio Internacional de Letras/organizado por Cristiane Navarrete Tolomei *et al.*..Bacabal, MA: Edufma,2016. P. 140-155

KYLE, J. **O Ambiente Bilíngüe: Alguns comentários sobre o desenvolvimento do Bilingüismo Para os Surdos**. In: SKLIAR, C. (Org). *Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos*. 1v.Porto Alegre: Mediação, 1999, 15 -26.

LABORITT, Emanuelle. **O vôo da gaivota**. São Paulo: Best Seller – Círculo do livro, 1994.
LANE, Harlan. (2008). **Do deaf people have a disability?** Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 277-292). Minneapolis: University of Minnesota.

_____ **A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

_____ **When the Mind Hears: a history of the deaf**. Nova York: Vintage Books, 1989.

NERY, C. A; BATISTA, Cecília Guarnieri. **Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: um estudo de caso**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto,v.14,n.29,dez.2004.Disponívelem<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2004000300005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 de dez. 2016.

PERAZZO, P. F. **Memória e narrativas orais em estudos de comunicação social**. Comunicação e Inovação. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Anny/Downloads/655-2193-1-PB.pdf> acesso em 25/11/2016

PERLIN, Gladis. As Identidades Surdas. **Revista da FENEIS**, Ano IV, n. 14 abr./jun. de 2002.

_____. **Identidades surdas**. In Skliar Carlos (org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998

_____ **Identidade Surda e Currículo**, in LACERDA, Cristina Broglia F. e GOES, Maria Cecília Rafael de (orgs). *Surdez: Processos Educativos e Subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.

_____ **Educação Bilíngüe para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. Tese de Doutorado, Curitiba: UFSC, 2003.

_____ e MIRANDA, WILSON. **Surdos: o Narrar e a Política** In Estudos Surdos – Ponto de Vista: **Revista de Educação e Processos Inclusivos** nº 5, UFSC/ NUP/CED, Florianópolis, 2003.

O Lugar da Cultura Surda, In THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004

O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade. Tese de doutorado. UFRG. 2003

QUADROS, Ronice. Muller. **Educação de Surdos**: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: artes Médicas, 1997.

_____, R. M. PIZZO, A. L; REZENDE, P. L. F. **Língua Brasileira de Sinais I**. CCE. UFSC. Florianópolis 2009.

_____ e KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos lingüísticos. São Paulo: ARTMED Editora, 2004.

_____, R. M. CERNY, R. Z; PEREIRA, A T. C. **Inclusão de Surdos no Ensino Superior por Meio do Uso da Tecnologia**. Estudos Surdos III / Ronice Müller de Quadros (organizadora). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

RAMOS, C. R. **A diferença entre surdo e surdo-mudo**.
<http://www.diariodosurdo.com.br/noticiantiga/noticia37.htm> / acessado em: 25/11/2016
RÉE, Jonathan, **Os deficientes auditivos são uma nação a parte?** Inglaterra, 2005.
fonte:<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=7809&codtipo=1&subc at=31&canal=visão> acessado em 17/03/2005

SÁ, N. R. L. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SACKS, O. **Vendo Vozes**: Uma Viagem ao Mundo dos Surdos. Tradução: Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANCHES, C. M. **La increíble y triste história de la sordera**. Venezuela, 1990.

SKLIAR, C. **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997-a

La educación de los sordos – Una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica. Mendoza: EDIUNC, 1997 - b

A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998-a.

A forma visual de entender o mundo. In Educação para todos **Revista especial**, SEED/DEE Curitiba, Editora Expediente, 1998-b

A Invenção e a Exclusão da Alteridade “Deficiente” a partir dos significados da normalidade. In **Revista Educação & Realidade** V24 n.2, Porto Alegre, 1999.

_____ (Org). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. 2V. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, Karin Lilian. Os desafios da inclusão: uma experiência pessoal. Rio de Janeiro, **Revista da Feneis** nº 9, 2001.

_____ **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. ETD - Educação Temática Digital, vol.7, nº2: 2006. Site: <http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=125&layout=abstract> acessado em: 13/12/2006.

_____ **História dos Surdos**: representações ‘mascaradas’ das identidades surdas, in QUADROS, Ronice Muller e PERLIN, Gladis (orgs). Estudos Surdos II, Petrópolis-RJ: Editora Arara Azul, 2007.

_____ **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008a.

_____ **História de educação dos surdos**, apostila elaborada para disciplina de curso de Licenciatura de Letras/Libras, UFSC, Florianópolis, 2008b.

_____ **surdos**: vestígios culturais não registrados na história. Tese de doutorado. UFSC. 2008.

SUTTON-SPENCE, R; QUADROS, R M. **Poesia em Língua de Sinais**: Traços da Identidade Surda. Estudos surdos I / Ronice Müller de Quadros (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

WRIGLEY, O. **Política da Surdez**, Washington: Gallaudet University Press, 1996.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

LOPES, G. K. F; AGRELLO, M. P. A Representação Histórico Cultural da Língua de Sinais: Opressão e Repressão Linguística Versus Pedagogia Visual. **Rev. FSA**, Teresina, v.14, n.2, art.6, p. 86-111, mar./abr. 2017.

Contribuição dos Autores	G. K. F.	M. P.
	Lopes	Agrello
1) concepção e planejamento.	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X